

ARQUEOLOGIA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

Danielle Gomes Samia
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia/UFPI
Teresina-Piauí, Brasil
e-mail: samiadgs@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8983-4356>

RESUMO

A arqueologia no Brasil, vem sendo desenvolvida em geral desconectada das práxis pedagógicas. O objetivo deste artigo é alcançar uma proposta para reduzir essa desconexão, com fomentação da pedagogia arqueológica articulada à correntes teóricas para o desenvolvimento de conteúdos que proporcionem autonomia. Esta fomentação perpassa pelo entendimento que a pesquisa arqueológica, não é uma atividade tecnicista, e que deve ser integrada as humanidades com a promoção de interações que proporcionem conexões com as pessoas e suas memórias, ancestralidades e práticas. Sendo necessário compreender que a pedagogia arqueológica não deve estar centrada em descrever os registros arqueológicos e/ou na formulação de sínteses com linguagem abstrata, mas deve buscar mostrar as conexões com as sociedades dos lugares onde a investigação é realizada.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia pedagógica; Decolonização; Autonomia; Cosmopercepção.

Artigo recebido em: 05/07/2021
Artigo aceito em: 29/10/2021



ABSTRACT

Archaeology in Brazil has been generally developed disconnected from pedagogical praxis. The objective of this article is to reach a proposal to reduce this disconnection, with the promotion of archaeological pedagogy articulated with theoretical currents for the development of contents that provide autonomy. This encouragement permeates the understanding that archaeological research is not a technicist activity, and that the humanities must be integrated with the promotion of interactions, which provide connections with people and their memories, ancestry, and practices. It is necessary to understand that archaeological pedagogy should not be centred on describing archaeological records and/or formulating syntheses with abstract language but should seek to show the connections with societies in the places where the investigation is carried out.

KEYWORDS: Pedagogical archaeology; Decolonization; Autonomy; Cosmoperception.

RESUMEN

La arqueología en Brasil se ha desarrollado generalmente desconectada de la praxis pedagógica. El objetivo de este artículo es llegar a una propuesta para reducir esta desconexión, con la promoción de la pedagogía arqueológica articulada con corrientes teóricas para el desarrollo de contenidos que otorguen autonomía. Este estímulo impregna el entendimiento de que la investigación arqueológica no es una actividad tecnicista, y que las humanidades deben integrarse con la promoción de interacciones, que proporcionen conexiones con las personas y sus memorias, ancestros y prácticas. Es necesario entender que la pedagogía arqueológica no debe centrarse en describir registros arqueológicos y / o formular síntesis con lenguaje abstracto, sino que debe buscar mostrar las conexiones con las sociedades en los lugares donde se realiza la investigación.

PALABRAS CLAVE: arqueología pedagógica; descolonización; autonomía; cosmopercepción.



INTRODUÇÃO

Este artigo pretende provocar reflexões sobre certas tendências desenvolvidas na teoria e prática de algumas pesquisas arqueológicas no Brasil (SAMIA, 2021, no prelo). Também são considerações surgidas da percepção de que a práxis pedagógica é, em geral, desconectada dos conteúdos do campo do patrimônio cultural e da realidade das comunidades onde se vai atuar. O objetivo é alcançar uma proposta para reduzir essa desconexão, com uma pedagogia arqueológica articulada à correntes teóricas que sugerem a construção de conteúdos que proporcionem autonomia intelectual. Esta perspectiva se afasta do discurso vertical do academicismo, concebido como o detentor do conhecimento e como formulador unilateral daquilo que a sociedade deve considerar como patrimônio arqueológico. Também abandona a atuação que legitima o arqueólogo como único ser habilitado a construir conhecimento, lastreado em suposta superioridade intelectual. Tal papel social é uma ficção criada para induzir as pessoas a trilharem o sistema educacional tecnicista vigente, reforçando as relações de poder e desigualdade, inviabilizando ou reduzindo a autonomia dos indivíduos.

A pesquisa arqueológica não é uma atividade tecnicista. Ao contrário, integra as humanidades e deve ser capaz de oferecer conteúdo que permita as pessoas encontrar conexões com as suas memórias, ancestralidades e práticas. A pedagogia não deve estar centrada em descrever os registros arqueológicos e na formulação de sínteses com linguagem abstrata, mas deve buscar mostrar as conexões com as sociedades dos lugares onde a investigação é realizada (SAMIA, 2021).

(DES)CONSTRUINDO

Marimba Ani¹, reforça que a inter-relação orgânica do ser está presente nas culturas majoritárias nativo-americanas e oceânicas e fundamenta-se na espiritualidade essencial de um verdadeiro cosmo, na sua concepção metafísica. Acepção que exclui a objetificação da “natureza”, reforçando as influências psíquicas ou espirituais sobre o ser físico e material, vista pelo racionalismo europeu como casualidade (ANI, 1994). A cosmopercepção de Ani, visa insurgências através de estratégias de descolonização política e reconstrução cultural combatendo a arma da cultural imperialista (ANI, 1994). É perante a historiografia do processo de colonização europeia que

¹ Marimba Ani O trabalho de Ani de 1994, *Yurugu: uma crítica centrada na África do pensamento e comportamento cultural europeu*, examinou a influência da cultura europeia na formação de estruturas institucionais modernas, por meio do colonialismo e do imperialismo, de uma perspectiva africana.



se percebe a produção de narrativas, que reforçam o silenciamento, e o apagamento de insurgências. A reprodução destas narrativas, desacompanhada da observação crítica, revigora o pensamento colonial, reforçando a depreciação e silenciamento. Sendo urgente a construção de contra narrativas que possibilitem o resgate de histórias e autonomia (MORAES-WICHERS, 2021). Podendo ser necessária a abertura de possibilidades de construção destas contra narrativas como coloca Célia Xakriabá (2020, p. 117).

“Se não existe caminho aberto, comece fazendo uma picada; se já existe a picada, abra um carreiro; se já existe carreiro, alargue-o, torne-o uma estrada. Somente com esse exercício podemos ampliar os horizontes e construir uma educação territorializada e inspirada nas experiências dos povos indígenas e, assim, efetivar as práticas decoloniais para além do discurso.”

Esta abertura, é necessária durante o processo de formação do(a) arqueólogo(a), viabilizando a instrumentalização e fomentação de contra narrativas (RIBEIRO *et al.*, 2017). Neste processo, deve diluir a concepção que o mundo escrito é o mundo dito mais evoluído que enxerga a oralidade como um lugar menor (CHIZIANE, 2018). Sendo que é na oralidade e na escuta de experiências e conhecimentos das pessoas, onde torna-se possível ampliar nossa “base para inferências e construção de melhores explicações”, onde o ouvir é, também, perceber a “paisagem, perto e além, sentir o clima, ouvir e ver sons e atividades ambientais, sabores e cheiros dos alimentos” (SCHMIDT; KEHOE, 2019, p. 2). Como mencionado na 34ª Bienal de São Paulo, na exposição Cantos Tikmũ’ũn, povo originário Maxakali proveniente da região entre os estados de Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. Os mesmos, vinculam os cantos como organizadores da vida nas aldeias, esses constituem “um índice de todos os elementos que estão presentes em seu cotidiano – plantas, animais, lugares, objetos, saberes – e envolvendo sua rica cosmologia” (CANTOS TIKMŨ’ŨN, 2021).

Perante as viradas ontológicas, outras percepções estão sendo incluídas e incorporadas. Como a virada decolonial, muito combatida pela supremacia branca que enxerga na homogenia cultural meios de verticalizar e centralizar o autoritarismo. Nas últimas décadas, um crescente movimento resistente, vem dialogando sobre a colonialidade em Abya Yala² contraponto o projeto de dominação colonialista, capitalista e patriarcal, que perdura até a contemporaneidade (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016). A pluralidade de perspectivas, desenvolvida por intelectuais

² Segundo a enciclopédia latino-americana Abya Yala vem da língua do povo Kuna, que significa “Terra Madura” ou “Terra em florescimento” denotando a ciclicidade.



insurgentes vem esmiuçando este conceito e suas derivações, como "colonialidade do poder"³, "colonialidade do ser"⁴ e "colonialidade do saber"⁵ (DULCI; MALHEIROS, 2021). Interlocução que prima pelo diálogo da virada decolonial (QUIJANO, 2000; WALSH, 2014) e pela valorização de epistemologias do sul (SANTOS, 2014).

Atualmente, diante de alguns estrangeirismos, como o *mansplaining*⁶, *maninterrupting*⁷, *gaslighting*⁸ e *bropropriating*⁹, presencia-se padrões e recorrências ainda comuns nos ambientes acadêmicos. Vistos como casualidades, revelam a pífia tentativa de dissimular e escamotear o *modus operandi*¹⁰ para manter as relações assimétricas e hierárquicas, remodelando o autoritarismo para prevalecer no poder. Essas práticas são ideologicamente construídas, pois numa instituição de ensino, nada se faz sem planejamento. Tais comportamentos desqualificam as pessoas e, seus efeitos são comparados aos da inquisição, onde a mera presença da "autoridade" já configura uma estratégia para intimidar pessoas, seus corpos e pensamentos. A desigualdade é

³ Desenvolvido por Aníbal Quijano, este conceito interrelaciona as práticas do colonialismo europeu nos âmbitos sociais e constituição do conhecimento, no desenvolvimento de estudos pós-coloniais, decolonialidade e estudos contra hegemônicos.

⁴ Inicialmente utilizada por Walter Dignolo o colonialismo do ser define pela perspectiva que diferencia os povos originários e tradicionais em relação a sexualidade, raça e gênero.

⁵ Também cunhada por Walter Dignolo, a colonialidade do saber, a suplantação do "outro" que submisso tem negada sua essência e "ser".

⁶ *Mansplaining* - "man" (homem) e "explaining" (explicar): "é um mecanismo utilizados pelos omi para nos explicarem coisas óbvias, triviais, próprias do corpo feminino ou mesmo da área de formação pela qual somos graduadas. É aquela velha ideia de eles nos devem apresentar o mundo, explicar a razão de tudo, pois são eles que detêm todo o conhecimento do universo. Isso também remete à ideia de que somos incapazes de entender as coisas por nós mesmas, que somos intelectualmente inferiores e que são eles que possuem o papel de nos dar esclarecer os enigmas da vida, por mais óbvio que seja" (SABINO, 2018).

⁷ *Maninterrupting* - "man" (homem) e "interrupting" (interrupção): "acontece quando homens interrompem o raciocínio da mulher, impedem que ela o conclua e, assim, ela não consegue expor seus pontos de vistas, suas opiniões. Ela simplesmente não consegue falar" (SABINO, 2018).

⁸ *Gaslighting* - *Gaslight*, 'a luz [inconstante] do candeeiro a gás': "é um abuso psicológico sofrido por várias mulheres em seus relacionamentos" tanto profissionais e afetivos, "e que afetam a sua sanidade mental". "É uma forma de manipulação que transforma o abusador em vítima, já que, ao dizer que sua parceira "está louca", (...) o homem cria um escudo por trás da suposta loucura (...) e a responsabiliza por ter tido aquele pensamento ou suposição (SABINO, 2018).

⁹ *Bropropriating* - "bro" (de brother, irmão, mano) e "appropriating" (apropriação): isso "acontece quando um homem se apropria da ideia ou do pensamento de uma mulher, torna-se o "dono" dela e recebe o mérito em seu lugar. Isso acontece porque, inicialmente, o que a mulher tem a dizer é constantemente desmerecido, desacreditado, mas quando um homem discursa, ele já traz uma carga legítima de poder e de propriedade sobre sua fala. Assim, uma ideia brilhante de uma mulher pode não ter efeito algum sobre sua carreira profissional, mas, quando apropriada por seu colega, pode lhe causar a ascensão a um cargo de gerência, por exemplo. Isso pode acontecer bastante, também, no meio acadêmico, no de patentes, nas demais pesquisas científicas, nas criações e nas invenções tecnológicas" (SABINO, 2018).

¹⁰ modo pelo qual um indivíduo ou uma organização desenvolve suas atividades ou opera (definição Oxford Languages).



alimentada, exercício covarde daqueles que estão no poder, cuja habilidade só é possível porque tem a tranquilidade de agir dentro de um sistema corporativista conhecido, perpetuado pela política do “cálice”¹¹. É preciso resistir ao colonialismo e ao colonialismo interno, implacáveis a todos que ele impacta, eliminando autonomias e identidades de pessoas e comunidades para convertê-los à força. Apagar é remover todos os vestígios de algo, visando sua destruição (WOLFE, 2006). A violência epistêmica, engendrada na colonialidade do poder, serve para apagar o pluralismo e garantir o *status quo*¹² do grupo que deseja suprimir o outro (DE LONEY, 2019; MIGNOLO, 2008; QUIJANO, 2000). A lógica do apagamento, reforça a “manutenção das relações coloniais” (MANGUEIRA, 2019, p. 1). Segundo Marguerite de Loney (2019, p. 697).

“[...]a lógica subjacente à arqueologia e aos discursos do desenvolvimento está firmemente situada dentro da colonialidade do poder (Quijano 2000; Mignolo 2011), um conceito que encapsula o que Charles E. Orser Jr. (1996) chama de os quatro redutos da arqueologia histórica: colonialismo, modernidade, eurocentrismo e capitalismo. Usando a colonialidade do poder como uma estrutura analítica, descrevo como a ideia de “mercado livre”, a que me refiro como “o mercado”, é um mito baseado na neutralidade desencarnada e não localizada da produção de conhecimento eurocêntrica que se difunde em todo o mundo por meio da violência epistêmica de disciplinas como a arqueologia. Ao fazer isso, procuro demonstrar que nós arqueólogos, como atores detentores de poder, somos instrumentais na formação de trocas e exploração desiguais que servem para contribuir com capital social e econômico em um sistema capitalista.”

ATITUDE CRÍTICA

Como alicerce das minhas escolhas, tomei minha jornada em prol de uma ciência com atitude crítica, com o desejo de não ser governada (SALLUM; NOELLI, 2021). Creio que pensar criticamente a produção do conhecimento científico é estar ciente do contexto sociopolítico vigente e que este refletirá no conhecimento produzido (SOUZA, 2020). Há que se combater a intenção de “passar a boiada” e colaborar no desmonte dos projetos autoritários, destruindo a automação da predileção por padrões acadêmicos estabelecidos sob “integridade duvidosa” que vai para além da

¹¹ “Cálice se tornou num dos mais famosos hinos de resistência ao regime militar. Trata-se de uma canção de protesto que ilustra, através de metáforas e duplos sentidos, a repressão e a violência do governo autoritário”. Escrita em 1973 foi censurada e somente lançada em 1978, devido ao conteúdo crítico a ditadura (MARCELLO, [s. d.]).

¹² no estado em que (se encontrava) antes (definição Oxford Languages).



educação e reforça projetos políticos como o vigente, cuja prerrogativa é impactar nossos maiores bens para remodelar a nossa História.

Com a assustadora e crescente onda de adeptos ao "*populismo reacionário*"¹³, alguns pesquisadores têm, cada vez mais, aderido ao engajamento político nas suas práticas acadêmicas para serem capazes de "abrir o espírito, despertar o espírito, dar luz ao espírito" (FANON, 2006, p. 205). Esta postura de resistência, enxerga na redefinição das relações com a sociedade, meios de barrar o "*populismo epistêmico*" e reacionário (CRIADO-BOADO; BARREIRO, 2013; GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018; HABER, 2019).

Neste movimento, é necessário abdicar do autoritarismo acadêmico tradicional que desconsidera o "outro", julgando suas competências através do nível de escolarização. A abordagem eurocêntrica na construção do conhecimento científico é problemática, pois reforça a perda dos vínculos humanos com os pluralismos e fomenta a superioridade com o "natural"¹⁴. Ao racionalizar os saberes orgânicos e artificiais adota a fundamentação lógica, valoriza a artificialidade para manutenção do cientificismo. Preconiza a agência algorítmica comprometendo-se a estabelecer padrões para presságios em cima de estatísticas tendenciosas que distorcem a realidade por simples motivação tecnológica (GILLINGS; HACIGÜZELLER; LOCK, 2020). Desta forma, enxerga-se no saber orgânico, algo a ser descartado, assim deixou-se de "ler sinais da terra, das árvores e dos bichos"; "ler nuvens, nem o prenúncio das chuvas"; "falar com os mortos" e ter "contacto com nossos antepassados" (COUTO, 2009, pp. 12–13). Entendendo que a credibilidade científica está por si só na racionalização imposta pelo cientificismo, reduzindo a arqueologia ao registro arqueológico (DUNNELL, 1992) e as categorizações a partir de marcadores de diagnóstico cultural ou temporal para inserir "os lugares" e as pessoas em um sistema "taxonômico pré-existente" (BEAUDOIN, 2016).

Adoção da descrição física do ambiente ou mesmo na forma pronapiana de tratar o patrimônio, não problematiza o viés social e histórico. A linha tênue que leva a descrição, também carrega o determinismo ambiental como aliado principal. E nesta racionalidade técnica-científica

¹³ O "*populismo reacionário*" pode ser definido como uma forma política que é *iliberal* em termos de sua identidade política (no que diz respeito, por exemplo, multiculturalismo, direitos de aborto, direitos de minorias ou liberdade religiosa), mas ele é *liberal* em sua política econômica (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018).

¹⁴ Defendo a dissolução desta definição já que natural vai além do que pertence ou refere-se a natureza. Para mim tal termo ainda traz uma designação dual na qual compreende uma separação do humano com o natural.



originária do cientificismo ocidental, que se defendia o registro de campo como forma de “salvar” informações do “outro”¹⁵ que estava em vias de desaparecer. A concepção euclidiana, que concebe “viver é adaptar-se” (CUNHA, 1984, p. 183), fomenta na sociedade uma estrutura determinista ambiental, sempre frequente e sorrateira nas pesquisas acadêmicas (LOIOLA *et al.*, 2015). Nestes contextos reforça-se a perspectiva que somos subproduto ambiental, repercutindo uma certa “visão de mundo colonialista” (FUNARI; NOELLI, 2002, p. 52). Para Loiola et. al. (LOIOLA *et al.*, 2015, pp. 50–51) o determinismo ambiental:

“[...] demonstra as limitações de intelectuais que tentam justificar a dominação pelo determinismo ecológico, e as limitações induzidas na sociedade, já que essa perspectiva leva a interpretações equivocadas acerca da teoria da evolução, ao supor que tendências evolutivas podem ser preditas (...). Conforme Souza (1997), por teorias derivadas, o determinismo induziu formas enganosas de pensar o desenvolvimento por etapas obrigatórias e universais, referenciadas nas histórias dos países do norte, de climas temperados, outros ambientes, culturas e interesses.”

O colonialismo fomenta a postura de superioridade, confabulada em abordagens que depreciam a noção de patrimônio cultural, tendendo a escolhas de temas “por sua exotividade, suas diferenças em relação aos padrões culturais europeus, e sobretudo por se prestarem a exercícios interpretativos condizentes com a mentalidade colonial” (BARRETO, 1999, p. 204). Este colonialismo incorporou através da racionalidade comunicativa favorecida pela “lógica tecnicista na educação” que é gerida pela racionalidade instrumental¹⁶, obstruindo movimentos emancipadores (MEDEIROS, 2008, p.19). Mesmo com bases filosóficas enfraquecidas, a racionalidade instrumental se sustenta na dimensão técnica-científica que suprime, ou seja, “as esferas da subjetividade, da cultura e da sociedade um rastro quase inapagável, marcado pela ideologia da sociedade capitalista ocidental” (MEDEIROS, 2008, p. 22). De acordo com Lúcio Ferreira (2021) os saberes estariam a serviço da dominação da natureza e do outro.

¹⁵ “A perspectiva da arqueologia do outro foi herdada principalmente da arqueologia colonial europeia do século XVIII, cujos modelos foram seguidos tanto por europeus como brasileiros que inauguraram a prática da pesquisa arqueológica no Brasil” (BARRETO, 1999, p. 204).

¹⁶ “A Racionalidade instrumental é uma manifestação da razão sobre as esferas de mundo, a cognição, os saberes espontâneos e, conseqüentemente, as ações sociais” (MEDEIROS, 2008, p. 19)



Assim, torna-se necessário o compromisso e o investimento em práxis pedagógicas direcionadas para uma arqueologia crítica e reflexiva (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018). Consistindo em práxis educacionais que dão autonomia aos indivíduos e assim associem críticas sociais e arqueologia, deste modo, fomentando o combate ao preconceito, racismo, machismo, xenofobia e questionando as desigualdades sociais. No entanto, pesquisas com comprometimento com social devem dissolver o populismo epistêmico ainda recorrente nas pesquisas atuais. A demagogia também deve ser afastada, pois agrada e manipula os movimentos desmantelando as ações descoloniais.

González-Ruibal no prefácio do livro “A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito”, define a arqueologia crítica e emancipatória como um concerto de vozes, “algumas vozes têm que ser ouvidas mais do que outras: as vozes dos que nunca tiveram voz ou dos que nunca foram ouvidos” (CAMPOS; RODRIGUES; FUNARI, 2017, p. 22). A multivocalidade, ao contrário de ser um fenômeno ambíguo como em outros contextos, ganha outra posição, como esforço pela justiça social (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018). E, com este sentido, coloca o patrimônio como tópico popular e sucumbe ao ideário de um patrimônio universal e bom para todos, são ações essenciais para a práxis educacional crítica e reflexiva. Segundo González-Ruibal, conjungir a multivocalidade com a educação crítica freiriana consiste na perspectiva de uma arqueologia que procure (CAMPOS; RODRIGUES; FUNARI, 2017, p. 22)

“[...] ensinar com humildade e estar pronta sempre para escutar, com a certeza de que o conhecimento que pode oferecer é valioso cientificamente e, acima de tudo, socialmente. A verdadeira educação, como a verdadeira multivocalidade, consiste em fazer retornar às comunidades que ficaram marginadas na produção e no usufruto do patrimônio o que é delas, legal e moralmente.”

Na mesma direção, os arqueólogos González-Ruibal, Alonso González e Criado-Boado (2018) propõem que a arqueologia seja socialmente comprometida, repelindo o populismo epistêmico e a demagogia. Devendo expressar o que não é confortável, problematizar e complexificar narrativas, histórias e identidades (figura 1).



FIGURA 1: Sátira Spacca direcionada hipocrisia científica diante do patrimônio (fonte: Megalitos Amazonia, 2012)

Eles promulgam uma arqueologia envolvida em explicações históricas ou em boas práticas de contar histórias e não apenas em análises arqueométricas hiperespecíficas. Dizer as verdades incômodas para aqueles que já estão convencidos e dispostos a ouvir (nosso público regular) não é suficiente: precisamos nos relacionar com aqueles que estão nos antípodas do (até!) pensamento liberal (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018, p. 4). De acordo com Peter Sloterdijk (2001) é essencial promover uma arqueologia que provoque o povo, em vez de lisonjear e flertar com ele. Para De Loney (2019, p. 697)

“[...] é hora de nossa profissão participar do desenvolvimento de uma práxis socialmente transformacional que mina a alienação e a desumanização. Podemos encontrar possibilidades para alternativas envolvendo-se na arqueologia como um ofício (Shanks e McGuire 1997), como um processo de (re) montagem (Harrison 2011), como semiopraxe crítica (Grosso 2015), ou como dissidência (Kintz 2010). Qualquer que seja a abordagem que tomemos, no entanto, ela deve começar nos reconhecendo como agentes da colonialidade. A esta altura, deveria estar óbvio para nós que a promessa do capitalismo e de sua modernidade é falsa e que não



pode atender às necessidades das pessoas em todo o mundo. Por esta razão, a necessidade de um verdadeiro espírito radical encontrado no pensamento anarquista e descolonial nunca foi tão grande¹⁷.”

Em suma é necessário desenvolver uma arqueologia pedagógica, que ensine sobre arqueologia, mas também use a arqueologia para ensinar. Assim galgando rumo ao um conhecimento público de arqueologia, investindo numa educação com e para o social, repelindo os moldes tradicionais que verticalizam o conhecimento afastando a autonomia dos indivíduos (FREIRE, 2011-; GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018, pp. 4–5). Portanto, a pedagogia aqui proferida, está afastada da concepção do senso comum, que está relacionada à escolarização normativa e a transmissão de saberes dentro das instituições de ensino. Em vez disso, concebe no cerne da pedagogia crítica freiriana no qual tem como metodologia essencial as lutas de libertação social, política, ontológica e epistêmica (FREIRE, 1987; WALSH, 2014, p. 8).

A transgressora pedagogia freiriana, contesta à demagogia e educação bancária, dissolvendo a passividade das(os) arqueólogas(os) que aderem a arqueologias tradicionais mesmo dentro de contextos da arqueologia pública, educação patrimonial e perspectivas inovadoras. Estes proferem discursos aderindo ao verbalismo oriundo da teoria sem prática (FREIRE, 2011). Apoia a verticalidade dos discursos priorizando narrativas colonizadoras, vinculando fatos inequívocos sobre o passado vislumbrados pela agência algorítmica (RIBEIRO *et al.*, 2017). A constante violação e o silenciamento aguerrido comete epistemícidio, habitat da “pré-história”, que insiste na manutenção ideológica induzido pela tradição epistêmica. Insistente, a “pré-história” tão debatida a mais duas décadas ainda é adotada dentro de perspectivas vistas como “inovadoras”. Perspectivas que desvirtuam uma das máximas de Paulo Freire, “é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática” (FREIRE, 2011-, p. 61). Provocativo é visto como utópico por alguns docentes, pesquisadores e profissionais da arqueologia, pois estes sentem incomodados pelo radicalismo de Paulo Freire que “defende que os indivíduos são seres da busca e a sua vocação ontológica é “ser mais”, humanizarem-se” (MILITÃO, 2021, p. 274). Logo, a ação necessita esforço constante das(os) arqueólogas(os) para possibilitar que graduando, mestrando, doutorando e comunidades impactadas pela pesquisa,

¹⁷ “it is time for our profession to participate in developing a socially transformational praxis that undermines alienation and dehumanization. We can find possibilities for alternatives by engaging in archaeology as a craft (Shanks and McGuire 1997), as a process of (re)assembling (Harrison 2011), as critical semiopraxis (Grosso 2015), or as dissent (Kintz 2010). Whatever approach we take, however, it must begin by recognizing ourselves as agents of coloniality. By now it should be obvious to us that the promise of capitalism and its modernity is false, and that it cannot meet the needs of people all over the world. For this reason, the need for a true radical spirit found in anarchist and decolonial thinking has never been greater” (DE LONEY, 2019, p. 697).



possam “serem mais”; logo, todos empenhados na “realização da sua vocação ontológica”(MILITÃO, 2021, p. 274).

Salutar tratar da “questão de fé”(LIMA, 2006), a qual são adeptos pesquisadores fiéis a uma única corrente teórica, que não dialogam com a pluralidade epistêmica do sul. Tem como prática reproduzir os paradoxos da tradição epistêmica, endossando narrativas colonizadoras. A perduração destas práticas são reflexões de uma educação superior, que anula a autonomia e o desenvolvimento do pensamento crítico. Esta educação superior é vista como pejorativa por almejar o desenvolvimento de pesquisas monotêmicas. A (des)construção e a transgressão da práxis freiriana contribui com a retirada da zona de conforto, conduzindo arqueólogos(os) ao encontro e/ou contato com “outras” epistemologias e ontologias.

Na atualidade promulgar práticas que proporcionem autonomia dos indivíduos pode provocar a abdução, pois as concepções tradicionalistas ainda pairam subjungando os discursos horizontais. Tidas concepções tradicionalistas se baseiam na “objetificação¹⁸” do outro, desumanizando todos aqueles externos a sua cultura. Instituída pela ideologia imperialista, que enxerga a “outra cultura” como “não humana” (ANI, 1994). Para Catherine Walsh¹⁹ (2014, p. 26), não deveria surpreender as práticas dos agentes coloniais o apagamento ou mesmo a imposição e modelamento de “uma racionalidade fundada em binários dicotômicos” como homem e natureza, mente e corpo e civilizado e bárbaro, reforçando “ideias de “raça” e “gênero” como instrumentos de classificação hierárquica e padrões de poder”. Em oposição aos mecanismos de poder dos agentes coloniais, Mamá Dulu, revela que as práticas político-pedagógica vinculadas à diversos contextos sociais proporcionam esperança, justiça, dignidade, liberdade e humanização (WALSH, 2014).

Marimba Ani (1994), revela que o pensamento ocidental possui dificuldade de lidar com ambivalência e ambiguidade, tornando-se uma barreira paradoxal intransponível. Já culturas majoritárias²⁰, possuem mecanismos sofisticados de engendrar experiências humanas em outras formas de interligar pessoas espiritualmente. Sendo a dissolução dos dualismos e a conectividade com a educação conceitos-chave que orientam nossa inter-relação com o social, e os setores da sociedade que permaneceram enublados (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018, p. 6). As diversas pedagogias contribuem para que os participantes (pesquisadores da

¹⁸ Objetificação – “Uma modalidade cognitiva que designa tudo o que não seja o “eu” como objeto. Esse processo exige um ego despiritualizado e isolado e facilita o uso do conhecimento como controle e poder sobre os outros”. – Texto original - Objetification - A cognitive modality which designates everything other than the “self” as object. This process mandates a despiritualized, isolated ego and facilitates the use of knowledge as control and power over other (ANI, 1994, p. 27).

¹⁹ Catherine Walsh perpetua seu trabalho com a temática pedagoga da decolonialidade.

²⁰ Culturas majoritárias - Os membros das culturas indígenas centrais do mundo considerados coletivamente, excluindo a minoria europeia. Texto original – Majority peoples - “The members of the indigenous core cultures of the world regarded collectively, excluding the European minority” (ANI, 1994, p. 26).



arqueologia e povo) exerçam suas pedagogias de aprendizagem, desaprendizagem, reaprendizagem, reflexão e ação (FREIRE, 2011; WALSH, 2014, p. 8). Sendo fundamental pensar nas mais diversas pedagogias não como práxis de escolarização, mas sim como ferramentas para pensar, produzir e proporcionar autonomia ao povo (FREIRE, 1987, 2011-; GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018). Resgatar a autoridade epistêmica, não andando pelos nossos títulos, mas reformulando as relações e valores que conectam a disciplina com o público (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018, p. 7).

CONSIDERAÇÕES:

Os autores citados neste artigo me inspiraram a pensar em uma versão da arqueologia que considero fundamental nos dias de hoje. Desde quando iniciei minha trajetória acadêmica e profissional exerci minhas atividades com muito amor, respeito e resiliência. Pode ser clichê para alguns, mas abraço a visão de Freire (2011, p. 80):

“É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto da alegria, gosto da vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica.”

Diante da atual conjuntura sob um contexto político e pandêmico global, parece mais do que nunca ser necessário estimular perspectivas para além de nossos limitados horizontes. A saída da zona de conforto é essencial para os processos de (des)construção e (re)aprendizagem. Portanto, para mover-se como pesquisador educador, antes é necessário mover-me como gente. Só assim saberei construir minha autonomia de forma consciente e com autenticidade (FREIRE, 2011, p. 64), em qualquer ciência.

Destarte, é necessário retomar a concepção da caixa de ferramentas, compreendo a necessidade de afastar a “*questão de fé*” que atribui Tânia Andrade Lima (2006) as escolhas teóricas de alguns arqueólogos. Compreendendo que a adoção de “*ismos*” (p. ex. historiculturalismo, processualismo e pós-processualismo) como única corrente teórica, limita o pesquisador e pode comprometer a construção do conhecimento. Sendo mais desejável e mais produtivo partir da compreensão sobre o tema da pesquisa para, posteriormente, adotar teorias e métodos que dialoguem com o debate vigente. A arqueologia como uma ciência das humanidades possui uma caixa de ferramentas única para compreender o mundo de forma crítica (GONZÁLEZ-RUIBAL; GONZÁLEZ; CRIADO-BOADO, 2018, p. 22). O acesso a esta caixa de ferramenta parte



da emancipação, autonomia e pensamento crítico para desenvolvimento de pesquisas que dialoguem com as pluralidades. Encerro recordando Franz Boas (1969, p. 27), o comportamento de um indivíduo é determinado não por sua filiação racial, mas pelo caráter de sua ancestralidade e seu ambiente cultural.

AGRADECIMENTOS:

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa de demanda social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e a contribuição de Marianne Sallum, Francisco Noelli e Ângelo Corrêa.

REFERÊNCIAS

ANI, Marimba. **Yurungu: An African-centred critique of European cultural thought and behaviour**. Trenton NJ. [S. l.]: AfricanWorld Press Inc p636, 1994.

BARRETO, Cristiana. **Arqueologia brasileira. Uma perspectiva histórica e comparada Suplemento**. [S. l.: s. n.], 1999. Disponível em: Acesso at: 30 Apr. 2020.

BEAUDOIN, Matthew A. Archaeologists Colonizing Canada: The Effects of Unquestioned Categories. **Archaeologies**, [s. l.], v. 12, 2016. Disponível em: Acesso at: 19 Apr. 2021.

BOAS, Franz. **Race and Democratic Society**. New York: Biblo and Tannen, 1969.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito**. UNESCed. Criciúma: <http://www.unesc.net/portal/capa/index/300/5886/>, 2017. *E-book*. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/capa/>. Acesso at: 1 Mar. 2020.

CANTOS TIKMŪ'ŪN. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://34.bienal.org.br/enunciados/9072>. Acesso at: 30 Nov. 2021.

CHIZIANE, Paulina. **Oralidade e ancestralidade**. [S. l.]: TV Universitária - TVU/RN, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WiLijX_7dDk. Acesso at: 30 Jun. 2021.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?** [S. l.: s. n.], 2009.

CRIADO-BOADO, Felipe; BARREIRO, David. El patrimonio era otra cosa. **Estudios Atacamenos**, [s. l.], n. 45, p. 5–18, 2013. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-10432013000100002&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso at: 28 Oct. 2020.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, 1984. *E-book*. Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>. Acesso at: 30 Jun. 2021.

DE LONEY, Marguerite L. Agents of Coloniality: Capitalism, the Market, and My Crisis with Archaeology. **Historical Archaeology**, [s. l.], v. 53, n. 3–4, p. 686–701, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s41636-019-00202-x>. Acesso at: 1 Apr. 2021.



DULCI, Tereza Maria Spyer; MALHEIROS, Mariana Rocha. Um Giro Decolonial à Metodologia Científica: Apontamentos Epistemológicos para Metodologias desde e para A América Latina. **Espirales**, [s. l.], p. 174–184, 2021.

DUNNELL, Robert C. The Notion Site. *In*: [S. l.]: Springer, Boston, MA, 1992. p. 21–41. *E-book*. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4899-2450-6_2. Acesso at: 18 Jan. 2021.

FANON, Frantz. **Os Condenados Da Terra**. 1. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2006. *E-book*. Disponível em: Acesso at: 30 Jun. 2021.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Tecnologias Ancestrais: diáspora africana e sistema Atlântico nas charqueadas de Pelotas**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XyRT6MACB38>. Acesso at: 30 Jun. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: [s. n.], 2011-. ISSN 85-219-0243-3.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. *E-book*. Disponível em: Acesso at: 12 Oct. 2020.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002. *E-book*. Disponível em: Acesso at: 30 Jun. 2021.

GILLINGS, Mark; HACIGÜZELLER, Piraye; LOCK, Gary. **Archaeological Spatial Analysis**. [S. l.]: Routledge, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/e/9781351243858>. Acesso at: 26 Oct. 2020.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; GONZÁLEZ, Pablo Alonso; CRIADO-BOADO, Felipe. En contra del populismo reaccionario: hacia una nueva arqueología pública. **Chungara Revista de Antropología Chilena**, [s. l.], 2018. p. 1–7. Disponível em: https://digital.csic.es/bitstream/10261/181605/3/Contra_Populismo_Reaccionario_Alfredo_Gonzalez-Ruibal_et_al.pdf. Acesso at: 13 Oct. 2020.

HABER, Alejandro. **Comentario a “en contra del populismo reaccionario: Hacia una nueva arqueología pública”, De Alfredo González Ruibal, Pablo Alonso González Y Felipe Criado-Boado**. [S. l.]: Universidad de Tarapaca, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-73562019005000805>. Publicado en línea: 24-abril-2019. Acesso at: 14 Oct. 2020.

LIMA, Tania Andrade. Teoria arqueológica em descompasso no Brasil: o caso da Arqueologia Darwiniana. **Revista de Arqueologia**, [s. l.], 2006.

LOIOLA, Sérgio Almeida *et al.* Da dominação colonial à colonialidade do saber: efeitos do determinismo ecológico dual no Brasil. **R. Ra'e Ga**, [s. l.], v. 35, p. 38–67, 2015. Disponível em: www.ser.ufpr.br/raega. Acesso at: 21 Apr. 2021.

MANGUEIRA, Ana Beatriz Da Costa. A contribuição do pensamento decolonial para o ensino básico e o acadêmico brasileiro: desafios e perspectivas. **XVII Congresso Internacional -**



América Latina: Resgatar a Democracia. Repensar a Integração - FoMerco - Fórum

Universitário Mercosul, Foz do Iguaçu, p. 1–17, 2019. Disponível em: Acesso at: 23 Mar. 2021.

MARCELLO, Carolina. **Cálice de Chico Buarque: análise, explicação e história da música**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/musica-calice-de-chico-buarque/>. Acesso at: 30 Mar. 2021.

MEDEIROS, José Washington de Moraes. **A racionalidade comunicativa como àgora de processos educativos emancipatórios**. 2008. 0–224 f. João Pessoa, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4944/1/arquivototal.pdf>. Acesso at: 17 Mar. 2021.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência Epistêmica: a Opção Descolonial E O Significado De Identidade Em Política. **Cadernos de Letras da UFF**, [s. l.], 2008.

MILITÃO, Andréia Nunes. Discípulos de Paulo Freire e o compromisso com a educação emancipadora. **Revista Retratos da Escola. Dossiê Paulo Freire: educação e emancipação**, [s. l.], v. 14, n. 29, p. 269–278, 2021. Disponível em: <https://ei-ie-al.org/sites/default/files/docs/39-6-pb.pdf#page=79>. Acesso at: 30 Nov. 2021.

MORAES-WICHERS, Camila Azevedo. Arqueologia, processos de musealização e representação no Brasil: enredos da colonialidade, fissuras e contranarrativas. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 206–232, 2021. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/122231>. Acesso at: 28 Jun. 2021.

QUIJANO, A. Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. **Nepantla: Views from South**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 533–580, 2000. Disponível em: Acesso at: 1 Apr. 2021.

RIBEIRO, Loredana *et al.* A saia justa da Arqueologia Brasileira: Mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 1093–1110, 2017. Disponível em: Acesso at: 21 Apr. 2020.

SABINO, Luíza Wehbe. **O silenciamento das mulheres: O Maninterrupting de Manuela d'Ávila + Mansplaining, Gaslighting e Bropropriating**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://desconstrucaodiaria.com/2018/06/30/o-silenciamento-das-mulheres-o-maninterrupting-de-manuela-davila-mansplaining-gaslighting-e-bropriating/>. Acesso at: 30 Mar. 2021.

SALLUM, Marianne; NOELLI, Francisco Silva. “A pleasurable job”... Communities of women ceramicists and the long path of Paulistaware in São Paulo. **Journal of Anthropological Archaeology**, [s. l.], v. 61, p. 101245, 2021. Disponível em: Acesso at: 30 Jun. 2021.

SAMIA, Danielle Gomes. **Fluidez das Paisagens: Arqueologia na confluência dos rios Parnaíba e Poti**. 2021a. [s. l.], 2021.

SAMIA, Danielle Gomes. Usuários Intuitivos: Práxis Cartográfica na Arqueologia. In: CARLOS XAVIER DE AZEVEDO NETTO; GRÉGOIRE VAN HAVRE (org.). **De Ingá `a Arqueologia Inclusiva: Novas Linguagens Arqueologia e Humanidades Digitais**. NDIHR-UFPBed. João Pessoa: [s. n.], 2021b. v. 2, p. 14–45. *E-book*. Disponível em: https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=715. Acesso at: 30 Nov. 2021.



SANTOS, B. de Sousa. **Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide**. Londres: Taylor & Frances, 2014.

SANTOS, Boaventura De Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, [s. l.], v. 18, n. 43, p. 14–23, 2016.

SCHMIDT, Peter R.; KEHOE, Alice B. Archaeologies of Listening Beginning Thoughts. *In*: **ARCHAEOLOGIES OF LISTENING**. [S. l.]: University Press of Florida, 2019. p. 1–22. *E-book*. Disponível em: <https://www.universitypressscholarship.com/view/10.5744/florida/9780813056241.001.0001/upso-9780813056241-chapter-001>. Acesso at: 30 Jun. 2021.

SLÖTERDIJK, Peter. **El desprecio de las masas. Ensayo sobre las luchas culturales de la sociedad moderna**. Valencia: Pre-textos, 2001.

SOUZA, Lucy Gomes de. **Por que precisamos politizar o conhecimento científico?**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/gryposouza/?hl=pt-br>.

WALSH, Catherine. **Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos**. Querétaro: Colectivo Zapateándole al mal gobierno, 2014. *E-book*. Disponível em: Acesso at: 14 Oct. 2020.

WOLFE, Patrick. Settler colonialism and the elimination of the native. **Journal of Genocide Research**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 387–409, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/journalInformation?journalCode=cjgr20>. Acesso at: 19 Apr. 2021.

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. **Piseagrama**, Belo Horizonte, p. 110–117, 2020. Disponível em: <https://piseagrama.org/amansar-o-giz/>. Acesso at: 28 Jun. 2021.